



História do primeiro curso de Licenciatura em Matemática em Governador Valadares- MG: um panorama geral

History of the course in Mathematics in Governador Valadares- MG: a general outline

Ana Catarina Cantoni Roque¹

Maria Laura Magalhães Gomes²

Resumo

Apresentamos alguns resultados de uma pesquisa sobre a criação do primeiro curso de licenciatura em Matemática na cidade de Governador Valadares – MG. Utilizamos a metodologia da História Oral. Para o nosso trabalho, partimos da narrativa de 16 professores e/ou alunos do referido curso. Neste texto, focalizamos apenas as narrativas de cinco dos nossos depoentes que estiveram vinculados ao curso durante seus primeiros anos de existência ou que citaram, em suas entrevistas, o processo de sua criação. Para compor nossa narrativa, cotejamos as narrativas dos nossos depoentes com outras fontes, como pareceres, matérias de jornal, legislação, relatórios institucionais. O curso investigado foi criado no ano de 1968, dentro de um Instituto de Tecnologia e, ao longo de sua existência, que durou mais de 40 anos, passou por três diferentes fases.

Palavras-chave: História da Formação de Professores de Matemática; História Oral; Univale; Governador Valadares.

Introdução

Neste trabalho, apresentamos resultados parciais de uma pesquisa de doutorado em andamento acerca da trajetória histórica do primeiro curso de licenciatura em Matemática que existiu na cidade de Governador Valadares – MG.

Em nossa pesquisa, adotamos a metodologia da História Oral, segundo o modo como tem sido praticada pelos membros do Grupo de História Oral e Educação Matemática – GHOEM. Segundo Garnica (2010, p. 291), “afirmar que um

¹ Mestre em Educação. Docente da área de Matemática do Instituto Federal de Minas Gerais *campus* de Governador Valadares. Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Educação da UFMG. Brasil. anacant@gmail.com

² Doutora em Educação. Docente do Departamento de Matemática e do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFMG. Brasil. laura@mat.ufmg.br

trabalho tem como metodologia a História Oral significa antes de qualquer coisa, que o trabalho cuida de constituir fontes das quais ele próprio – e outros – podem nutrir-se para focar determinados objetos de pesquisa”. Ainda segundo esse autor, a História participa desse processo devido à intenção clara e explícita que o oralista tem de registrar memórias, relatos de experiências vividas e, a partir delas, de modo intencional, constituir fontes históricas.

É importante destacar que, quando se fala de História Oral, não se pretende significar que outras fontes devem ser desconsideradas ou que oralidade e escrita devem ser colocadas como rivais. Como nos alerta Garnica (2004, p. 90): “Negar os arquivos escritos como recurso de pesquisa seria um equívoco tão alarmante quanto negar a importância da oralidade para entender a temporalidade e, nessa temporalidade, as circunstâncias humanas”. Assim, nos trabalhos desenvolvidos no interior do Ghoem, além dos testemunhos orais, recorre-se também às mais diversificadas fontes para pesquisar a formação e atuação de professores de Matemática no Brasil ao longo do tempo (Gomes, 2014).

Realizamos entrevistas com 16 pessoas ligadas ao primeiro curso de licenciatura em Matemática existente em Governador Valadares, na condição de aluno, professor ou de aluno e professor. As entrevistas foram transcritas e, posteriormente, textualizadas, isto é, as transcrições foram editadas, buscando-se produzir uma narrativa esteticamente adequada e cuja leitura seja fluente.

Neste texto, tivemos o propósito de focalizar as narrativas de cinco dos nossos entrevistados – trata-se dos colaboradores envolvidos com a criação e os primeiros anos do curso: Dr. Talmir Canuto Costa, que participou do estabelecimento do curso e atuou também como professor; Tatiana Castello Branco, aluna da primeira turma e, posteriormente, professora da instituição por 28 anos; Maria Cristina Ponciano de Lima, aluna da segunda turma e professora da instituição por quatro anos; Marli Elias Pereira, secretária da instituição nos primeiros anos, aluna do curso de Engenharia e professora do curso de Matemática, e Mariza de Azevedo Bicalho Rezende, professora da instituição desde o ano de 1978.

Ao adotar a História Oral como metodologia de pesquisa, temos a consciência de que

Ao contrário da maioria dos documentos históricos, as fontes orais não são encontradas, mas cocriadas pelo historiador. Elas não existiriam sob a forma em que existem sem a presença, o estímulo e o papel ativo do historiador na entrevista feita em campo (Portelli, 2016, p.10).

Esse caráter interativo das entrevistas nos interessou de modo particular, por possibilitar questionamentos que não seriam possíveis aos documentos escritos. Além disso, assumimos que as narrativas por nós mobilizadas são fontes legítimas e não fontes complementares, que devem ser produzidas na falta de outras fontes. Assim, partimos das narrativas dos sujeitos e, a partir delas, incorporamos outras fontes que de algum modo nos auxiliam na criação da nossa narrativa histórica: fotografias, pareceres, decretos, relatórios institucionais, artigos de jornais. Isso não significa valorizar mais as narrativas do que outras fontes, mas acreditar que todas tem o mesmo valor, pois permitem conhecer diferentes perspectivas que se complementam, ao mesmo tempo que podem ser conflitantes.

Nessa narrativa, não se tem como objetivo criar generalizações, mas deixar

explícitas as singularidades expressas pelos sujeitos em suas narrativas, pois, como nos alerta Botía (2002), o resultado de uma análise de narrativas é uma narração particular, sem aspirar à generalização. Também não buscamos uma verdade nas narrativas. Ao invés de trabalhar com a noção de verdade, buscamos a plausibilidade no confronto entre dizeres variados, entendendo como relato plausível, de acordo com Conelly & Clandinin (1995, p. 33), aquele que tende a soar como verdadeiro, aquele que alguém pode dizer “posso ver isso acontecendo”.

Criação da primeira instituição de ensino superior em Governador Valadares

Governador Valadares é uma cidade situada na região leste do estado de Minas Gerais. Sua economia teve diversas atividades principais ao longo do tempo, entre as quais podemos citar: o comércio de produtos agrícolas; a extração da madeira de lei da região para manter os altos-fornos de siderúrgicas e para a produção de compensados; a criação extensiva de gado de corte; a exploração da mica, que era exportada principalmente pelos Estados Unidos, durante a Segunda Guerra Mundial. A grande onda de emigração, especialmente para os EUA, também é um fenômeno que, principalmente a partir da década de 1980, movimentou de maneira significativa a economia regional. Ainda hoje, a emigração é importante para a economia, em menor escala, porém, desde a crise internacional iniciada no mercado imobiliário americano, em 2008.

A partir da década de 1960, a região entrou em um período de estagnação e decadência em consequência do esgotamento das fontes de madeira, com o aumento do contingente populacional e o não crescimento das fontes de emprego. Apesar disso, foi nessa mesma década que passou a circular na cidade, especialmente gerado pela fala da liderança política, um discurso de modernidade. Várias medidas foram tomadas nesse sentido, destacando-se as obras de infraestrutura e reforma urbana. Entretanto, também foi nessa época que houve a expansão do número e tamanho das áreas periféricas da cidade (Santos, 2014). Foi nesse contexto, no ano de 1967, que foi criada a primeira instituição de ensino superior de Governador Valadares, o Minas Instituto de Tecnologia – MIT.

A falta de preocupação em criar uma economia autossustentável foi responsável pelo empobrecimento da cidade, que acabou tendo a exploração comercial como a maior alternativa em termos econômicos (Felício, 2009). Entretanto, hoje a microrregião de Governador Valadares também é um forte polo agropecuário, turístico e educacional (Sousa; Dias, 2010).

As movimentações iniciais para a criação do MIT surgiram com a chegada na cidade do Brigadeiro George Soares de Moraes³, que se mudou para lá a fim de

³ George Soares de Moraes nasceu em Belo Horizonte no ano de 1925. Em 1943, formou-se como aspirante a oficial aviador e, em 1949, formou-se como engenheiro metalúrgico pela atual Carnegie Mellon University (EUA). Formou-se em medicina pela Universidade de Mogi das Cruzes aos 61 anos de idade. Foi professor associado e gestor do Instituto Tecnológico da Aeronáutica – ITA e participou da instalação das oficinas do Parque da Aeronáutica de São Paulo, mobilizando a indústria nacional para produzir peças para as aeronaves. Fontes: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1108200112.htm>>, <http://www.aeitaonline.com.br/wiki/index.php?title=George_Soares_Moraes> Acesso em 20 de jul. de 2017.

ajudar seu pai, Amintas Jaques de Moraes, na condução de uma usina siderúrgica chamada Sinval⁴, como nos contou o Dr. Talmir:

Ele foi para a reserva como brigadeiro e depois foi fazer esse trabalho na Sinval, porque ele era metalurgista. Quando chegou lá, viu que poderia ser implantado em Governador Valadares um Instituto Tecnológico, de iniciativa privada. Então manteve contato com a comunidade; a comunidade que eu digo são os líderes da comunidade, e eles começaram a desenvolver esse trabalho.

O Plano Básico, contendo as diretrizes gerais e inferências para a criação desse Centro Tecnológico, foi elaborado por Ernesto Luiz de Oliveira Júnior, a pedido de George Soares de Moraes, e apresentado no dia 27 de fevereiro de 1967 (Campos, 2007, p.17). A ideia era que esse Centro seria constituído por uma série de Minas Institutos e o primeiro deles seria denominado MIT – Minas Instituto de Tecnologia, que iniciaria suas atividades ofertando cursos de Engenharia.

Para a execução desse projeto, foi escolhido e convidado um professor paulista que havia sido engenheiro subordinado a George de Moraes no Centro Técnico Aeroespacial (CTA): o Dr. Talmir Canuto Costa. Sobre esse convite ouvimos o relato do próprio Dr. Talmir:

Como a coisa já estava adiantada, ele precisava ter uma pessoa que pudesse levar esse projeto à frente. Foi quando ele se lembrou de mim, porque eu tinha sido seu engenheiro no CTA e porque ele soube que eu havia montado a Escola de Engenharia de Taubaté.

De acordo com o Art. 85 da Lei 4.024 de 1961 (LDB/61), os estabelecimentos isolados de ensino superior deveriam ser constituídos sob a forma de autarquias, fundações ou associações. No caso de Governador Valadares, decidiu-se criar uma fundação – a Fundação Percival Farquhar⁵ – para ser a entidade mantenedora do MIT. Em 26 de junho de 1967, a Fundação Percival Farquhar foi oficialmente instituída como uma entidade civil, de direito privado, sem fins lucrativos.

A aprovação da conveniência da criação do MIT foi dada pelo Conselho Federal de Educação, por meio do Parecer nº 323 de 1967, e a autorização para seu funcionamento pelo Parecer nº 28 de 1968. Inicialmente, foram ofertadas 200 vagas para os cursos de Engenharia Metalúrgica, Engenharia Mecânica e Engenharia de Operações Industriais. No entanto, nem todas as vagas foram preenchidas e a instituição solicitou a abertura de novos cursos, conforme

⁴ Usina Siderúrgica Valadares, que depois passou a se chamar Fertimetal, é uma empresa de produção de ferro-gusa fundada em 1966 na cidade de Governador Valadares. Fonte: <http://www.econodata.com.br/lista_empresas/MINAS-GERAIS/GOVERNADOR-VALADARES/F/20599601000170-FERTIMETAL-METAIS-SA> Acesso em 16 de abril de 2017.

⁵ Percival Farquhar foi um engenheiro norte-americano, que, como ativo empreendedor, esteve envolvido em vários negócios no Brasil: montagem da Light, no Rio de Janeiro, construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, criação da empresa Port of Pará, exploração de borracha, montagem de ferrovia para o Rio Grande do Sul, dentre outras. Suas iniciativas, dentre as quais algumas tiveram sucesso e outras não, forjaram para ele uma imagem contraditória. Alguns o taxaram de “explorador do Brasil” e outros o consideraram digno de reconhecimento (Coelho, 2011; Campos, 2007).

abordaremos mais adiante.

Conforme foi dito, o primeiro nome escolhido para a instituição foi MIT – Minas Instituto de Tecnologia. No entanto, no Parecer nº 28 de 01 de fevereiro de 1968, o Conselho Federal de Educação recomendou que tal nome fosse alterado, adaptando-se “...à terminologia adotada para designar os estabelecimentos de ensino superior no Brasil” (Brasil, 1968a).

Apesar de ter havido resistência a essa solicitação, afinal foi proposto um novo nome para a instituição: Instituto de Tecnologia de Governador Valadares, aprovado pelo CFE no Parecer nº 467 de 09 de julho de 1969. A partir de então, esse foi o nome oficialmente adotado. Entretanto, mesmo após essa alteração, a sigla MIT continuou sendo utilizada, tanto em documentos internos à instituição quanto na mídia.

Ao longo de nossa pesquisa em fontes documentais, deparamo-nos com outros dois nomes para a mesma instituição: Universidade Tecnológica de Governador Valadares (UTEC)⁶ e Universidade Santos Dumont (USD). No entanto, nenhuma delas foi oficialmente reconhecida pelo CFE. Os passos iniciais para a constituição da universidade que foi oficialmente aprovada pelo CFE foram dados em 1985, quando foi feita uma carta-consulta ao CFE, que aprovou o pedido e designou uma comissão para acompanhamento do processo. Como fruto do desenvolvimento alcançado após a carta-consulta, em 1989, as instituições de ensino superior mantidas pela Fundação Percival Farquhar foram integradas e passaram a formar as Faculdades Integradas Vale do Rio Doce – Facivale. Faziam parte da Facivale o MIT, a FAFI – Faculdade de Filosofia e a Faculdade de Odontologia – FOG. O nome escolhido para a universidade que seria aprovada foi Universidade Vale do Rio Doce – Univale. Em 07 de julho de 1992, a Univale foi oficialmente reconhecida por meio do Decreto 1034 de 1992 e recebeu esse nome, que perdura até hoje.⁷

Criação do curso de Matemática e suas motivações

Como relatamos anteriormente, o MIT começou suas atividades ofertando os cursos de Engenharia Metalúrgica, Engenharia Mecânica e Engenharia de Operações Industriais, tendo as aulas desses cursos se iniciado em 02 de março de 1968, conforme noticiado no jornal Diário do Rio Doce da véspera. O CFE aprovou, para esses cursos, um total de 200 vagas, no entanto, de acordo com o Parecer nº 641 de 1968 (Brasil, 1968b), apenas 93 delas foram preenchidas no vestibular.

Em nossa pesquisa no acervo do jornal Diário do Rio Doce, foi possível perceber que, paralelamente às movimentações para a criação do MIT, a Prefeitura de Governador Valadares, por meio da Funsec – Fundação Serviço de Educação e Cultura –, também se movimentava para a criação de uma Faculdade de Filosofia e Economia. Entretanto, não houve sucesso no pedido de instalação dessa faculdade para o ano de 1968.

⁶ Tivemos acesso a um documento intitulado “Histórico UTEC 1967 – 1975” de autoria de Parente et.al, (197-), relativo à Universidade Tecnológica de Governador Valadares.

⁷ Em nosso relato, seguindo o modelo de nossas fontes, também adotaremos a sigla MIT para nos referirmos ao Instituto de Tecnologia de Governador Valadares.

A ociosidade das vagas no MIT, que não foram completamente preenchidas no vestibular para as Engenharias, motivou a abertura de novos cursos por parte dessa instituição. Como as iniciativas da Funsec para a criação da Faculdade de Filosofia e Economia não haviam tido êxito, como fora noticiado, os diretores do MIT e da Funsec se reuniram e decidiram que o MIT ofertaria alguns dos cursos previstos originalmente para a Faculdade de Filosofia. O jornal Diário do Rio Doce do dia 07 de março de 1968 trouxe uma matéria sobre esse assunto.

Nessa reportagem, há a informação de que o CFE havia autorizado o MIT a funcionar com um regimento que permitia a formação de professores, economistas e engenheiros, o que propiciou a instalação da Faculdade de Filosofia. No entanto, essa informação não foi condizente com a posição do CFE apresentada no Parecer nº 641 de 1968. Esse parecer diz respeito ao pedido de autorização enviado pelo diretor do MIT ao CFE para a abertura dos seguintes cursos de licenciatura: Sociologia, Pedagogia, Letras, Matemática, Física e Química. O CFE negou o pedido para os cursos de Sociologia, Pedagogia e Letras e, no mesmo parecer, o relator aprovou o pedido de autorização de abertura dos cursos de Matemática, Física e Química, como se pode ver no trecho a seguir:

Considerando as necessidades de aproveitar os recursos disponíveis para a educação ao máximo e que o ensino tecnológico e o de ciências exatas são intimamente correlacionados, somos conduzidos a uma posição intermediária, entre conceder quanto pede o Instituto e negar-lhe tudo: admitimos a conveniência de serem autorizados os cursos de Matemática, Física e Química (Brasil, 1968b, p.14).

O Parecer nº 641 de 1968 foi aprovado em 09 de novembro de 1968 e, de acordo com o Parecer nº 264 de 1970 (Brasil, 1970a), a solicitação de autorização de que trata o Parecer nº 641 foi apresentada pelo MIT ao CFE em 29 de abril de 1968. Notamos então, que as aulas de todos os cursos tiveram início antes mesmo da consulta ao CFE, pois as inscrições para o vestibular para os cursos de Pedagogia, Sociologia, Letras, Matemática, Física e Química se realizaram de 11 a 19 de março de 1968, as provas foram aplicadas nos dias 20 a 23 de março⁸ e as aulas tiveram início em 01 de abril de 1968 (Campos, 2007).

Parece-nos que havia tamanha urgência, por parte dos diretores do MIT, na abertura de novos cursos, que foi tomada a decisão de realizar o vestibular e iniciar as aulas antes mesmo da consulta ao órgão regulador responsável pelo assunto. Parece-nos também que havia certo otimismo por parte dos diretores em acreditar que o CFE não colocaria impedimento às suas intenções. Avaliamos a presença desse otimismo por acreditar que, se os diretores soubessem as dificuldades que viriam pela negativa de autorização depois do início das aulas, talvez não tivessem tomado a medida de iniciar as aulas antes da autorização necessária.

No vestibular para os cursos de licenciatura em Letras, Pedagogia, Sociologia, Matemática, Física e Química, 157 candidatos se inscreveram, 155 candidatos compareceram às provas e 97 foram aprovados. Para o curso de Matemática, conforme noticiado no jornal Diário do Rio Doce, em sua edição de 27 de março de 1968, foram aprovados nove candidatos: Nilde Antunes Almeida, Iara de Rosado Mesquita, Jurema Barroso, Tatiana Tereza Castelo Branco, Padre

⁸ De acordo com as informações obtidas no jornal Diário do Rio Doce nas edições dos dias 07, 19, 20, 21 de março de 1968.

Ignácio de Nicolas Rodrigues, Padre Teodoro Araiz Antonio, Maria da Conceição Metzker, Antonio Miranda de Oliveira e Haroldo Costa Santos.⁹

Como dissemos, as aulas tiveram início em 01 de abril de 1968, antes que o CFE fosse consultado e manifestasse sua posição, que foi contrária à autorização para o funcionamento dos cursos de Pedagogia, Letras e Sociologia. Mesmo diante desse parecer, as aulas parecem ter decorrido normalmente. Em 1970, de acordo com o Parecer nº 264 do CFE, uma comissão esteve no MIT e encontrou dupla irregularidade: a instituição de cursos antes da autorização pelo CFE e a situação de alguns deles, que nem mesmo haviam tido acolhida favorável por parte desse Conselho (Brasil, 1970a).

O impasse em relação aos cursos da área de humanidades, Pedagogia, Letras e Sociologia, continuou. Ainda em 1970, o MIT enviou ao CFE um documento solicitando a retirada do pedido de autorização para o funcionamento do curso de Pedagogia, o que foi aprovado (Brasil, 1970b). Já para os cursos de Letras e Sociologia as aulas continuaram normalmente. Como o CFE acabou mantendo a posição de não autorizar o funcionamento desses cursos, ainda em 1970, seguindo as orientações dadas por esse próprio órgão, o diretor do MIT solicitou que fosse instituída uma comissão para validar os estudos feitos pelos alunos de Sociologia e Letras a fim de que eles pudessem se transferir para outra instituição. É sobre o laudo dessa comissão e a conclusão do CFE que trata o Parecer nº 93 de 1971 (Brasil, 1971). Nesse parecer, encontramos a informação de que o curso de Pedagogia não chegou a funcionar. O mesmo parecer diz que, naquele momento, o Conselho Estadual de Educação do Estado de Minas Gerais havia autorizado a criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Governador Valadares (FAFI) pela Funsec. Tal faculdade havia sido autorizada a ofertar os cursos de Pedagogia, Sociologia e Letras, o que tornaria possível a transferência dos alunos dos cursos irregulares do MIT para ela¹⁰. A comissão responsável pelo parecer aprovou o aproveitamento das disciplinas que haviam sido ministradas por professores aprovados pelo CFE e aplicou exames finais escritos para aquelas disciplinas ministradas por professores não aprovados pelo mesmo Conselho e permitiu, por fim, a expedição de guias de transferência para os alunos dos referidos cursos.

Um acontecimento importante nesse processo é que, em maio de 1972, a Funsec doou a FAFI para a Fundação Percival Farquhar. Dado o curto espaço de tempo entre o parecer que fala da possibilidade de transferência dos alunos do MIT para a FAFI e essa doação, acreditamos que, na prática, esse processo de

⁹ Não encontramos informações sobre os aprovados no primeiro vestibular em nenhum outro documento. No entanto, não podemos aquilatar a confiabilidade das informações do jornal, pois na referida matéria consta o nome de apenas um aprovado para Física e nenhum para Química. Tal informação não é coerente com os relatos dos nossos depoentes que estiveram ligados a essas primeiras turmas. Entretanto, o Parecer nº 775 de 1973 do CFE também traz a informação de que nove candidatos foram aprovados para Matemática no vestibular de 1968, o que nos leva a acreditar que a informação do jornal sobre os aprovados em Matemática esteja correta.

¹⁰ É interessante notar que o nosso depoente, Dr. Talmir Canuto Costa, que era diretor do MIT nessa época, também foi Secretário Municipal de Educação e presidente da Funsec. Entretanto, não conseguimos saber qual foi o período em que ele atuou nessas funções na Prefeitura de Governador Valadares. No entanto, por suas estreitas relações com a Funsec, acreditamos que ele pode ter contribuído para a instalação da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Governador Valadares.

transferência dos alunos do MIT para a FAFI foi algo que não aconteceu. A fala de Tatiana, ao nos contar sobre a criação dos cursos de licenciatura, nos dá mais um indício disso, pois nos deixa margem para pensar que a Faculdade de Filosofia foi criada com o objetivo de resolver um problema junto ao CFE e que, na verdade, os cursos de ciências humanas, pelo menos a princípio, não se desvincularam do MIT:

Houve então a ideia de junto criar os cursos de Matemática, de Física, de Química, de Sociologia, de Pedagogia e de Letras. Era fazer a formação dos profissionais que atuariam no 2º grau. De início, a ideia era que isso tudo fosse dentro do Minas Instituto de Tecnologia. O Ministério da Educação não aprovou. Ideia ainda muito fechada. “Como um instituto de tecnologia vai manter cursos de Ciências Humanas?” Assim foi criada a Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Governador Valadares. A gente estudou no MIT, mas os cursos da área de Humanas foram para essa faculdade e nós ficamos, Matemática, Física e Química no MIT. Mas funcionava tudo junto, a gente assistia aulas em comum, as que eram possíveis, [...] Era como se fosse uma escola só, apesar de no papel ter dois nomes.

Voltando a falar sobre o curso de Matemática e as motivações para sua criação, no pedido de autorização feito pelo MIT ao CFE, alguns argumentos apresentados para justificar a criação dos cursos de licenciatura, incluindo o de Matemática, foram: o espaço ocioso gerado pelo não preenchimento das vagas da Engenharia, a existência de candidatos – cerca de 300 – e a real necessidade de fornecer professores para o ensino médio¹¹ (Brasil, 1968b).

A falta de professores habilitados em Governador Valadares foi a principal motivação para a criação do curso de Matemática, segundo Tatiana, aluna da primeira turma. Ao comentar o assunto, ela relatou:

Então isso gerou nele [Dr. Talmir Canuto Costa] uma grande preocupação: como as pessoas que estudam aqui vão conseguir entrar nessa faculdade? Houve então a ideia de junto criar os cursos de Matemática, de Física, de Química, de Sociologia, de Pedagogia e de Letras. Era fazer a formação dos profissionais que atuariam no 2º grau.

Já a professora Mariza nos apresentou como motivação para a criação do curso a inexistência, na cidade, de professores aptos a trabalhar no próprio MIT. Segundo ela:

Os primeiros professores vieram todos de São Paulo, mas ele [Dr. Talmir] viu que não conseguiria manter aquele grupo de professores todo aqui. Então, logo ele criou o curso de licenciatura, para formar professores que ficassem aqui, foi formando professores para trabalhar na própria instituição.

A motivação apontada por Dr. Talmir, entretanto, foi diferente, porque não se refere à preocupação com a formação de professores para atuar na cidade e região e sim à preocupação com a qualificação de pessoas para trabalhar na área da pesquisa. Foi o que ele disse quando perguntamos sobre o que o levou a querer abrir os cursos de licenciatura em Matemática, Física e Química.

Então, é o seguinte... Eu vinha da parte de pesquisa e a parte de pesquisa tem, fundamentalmente, dois perfis de profissionais, até hoje ainda tem isso, mas naquela época tinha muito mais nitidamente: um perfil de profissional

¹¹ Nessa época, o ensino médio compreendia os anos escolares entre o primário e o ensino superior, ou seja, correspondia aos ensinos ginasial e colegial.

que faz pesquisa básica, que pode muito bem ser de licenciatura, com formação básica de Matemática, Física, Química. Os outros, que seriam de Engenharia, são mais adequados à pesquisa aplicada. Pegam o que é possível da pesquisa básica e fazem a aplicada, e seguem na fase de desenvolvimento de produto. Então esses são mais da Engenharia. Com isso, quando entrei lá para fazer o Instituto de Tecnologia, eu vi que para falar em Ciência e Tecnologia avançada você tem que ter dois tipos de profissionais: um que é o prático, o engenheiro, que é o saber fazer, e o outro é o saber conhecimento; é o ter na cabeça e que também pode, obviamente, fazer pesquisa aplicada. Por outro lado, como nós não tínhamos indústria em Governador Valadares, esses engenheiros não iam propiciar desenvolvimento a Valadares, mas sim desenvolvimento a Ipatinga¹², onde tinha indústria. Como deram! Porque teve até diretores lá na Usiminas¹³ e Acesita que se formaram no MIT. Assim, os engenheiros iam dar mais esforço de desenvolvimento na região de Ipatinga. Agora, para dar desenvolvimento dentro de Governador Valadares, os licenciados seriam melhores. Sejam licenciados de ciências exatas ou sócio-humanísticas. [...] Os licenciados estavam presentes por serem imprescindíveis para uma competência científica e tecnológica. Foi essa a motivação para não deixar de lado os licenciados de ciências exatas.

Destacamos que, na época da abertura do curso de Matemática, Tatiana havia concluído os cursos Ginásial e o Colegial em escolas de Governador Valadares e já atuava na área da educação, uma vez que havia se formado em Magistério. Notamos que sua experiência enquanto aluna e professora pode ter contribuído para que sua percepção acerca da necessidade de professores habilitados, pelo menos no momento da entrevista, tenha se diferenciado da percepção do Dr. Talmir, que havia conhecido Governador Valadares e se instalado na cidade há menos de um ano.

Além disso, causou-nos estranheza a motivação indicada por ele se diferenciar daquela que consta no Parecer nº 641 de 1968 (Brasil, 1968b), uma vez que era o diretor do MIT nessa época e, portanto, o responsável pela informação constante no parecer. Isso levou-nos a refletir nos possíveis porquês dessa diferença.

Uma possibilidade é serem as motivações apresentadas no relato oral

¹² Ipatinga é um município mineiro, localizado na Mesorregião Vale do Rio Doce, cuja distância a Governador Valadares é de, aproximadamente, 105 km. Segundo dados do IBGE, sua população estimada em 2016 era de 259.324 habitantes.

¹³ A Usiminas (Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A) é uma empresa siderúrgica criada em abril de 1956 como uma empresa estatal, mas dispondo de apoio do capital japonês e de sua tecnologia industrial. Em outubro de 1962 foi inaugurada a Usina Intendente Câmara, em Ipatinga, cidade que se localiza a aproximadamente 100 Km de Governador Valadares. Na década de 1990, foi a primeira estatal a ser privatizada. (Coelho, 2011). Ipatinga é um município mineiro, localizado na Mesorregião Vale do Rio Doce, cuja distância a Governador Valadares é de, aproximadamente, 105 km. Segundo dados do IBGE, sua população estimada em 2016 era de 259.324 habitantes.

¹³ A Usiminas (Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A) é uma empresa siderúrgica criada em abril de 1956 como uma empresa estatal, mas dispondo de apoio do capital japonês e de sua tecnologia industrial. Em outubro de 1962 foi inaugurada a Usina Intendente Câmara, em Ipatinga, cidade que se localiza a aproximadamente 100 Km de Governador Valadares. Na década de 1990, foi a primeira estatal a ser privatizada. (Coelho, 2011).

aquelas que realmente o moveram a decidir abrir o curso, porém, no documento escrito a justificativa utilizada foi a necessidade de formar professores: naquele momento, a carência de docentes pode lhe ter parecido um argumento mais forte perante o CFE. Essa possibilidade remete a Portelli (2000), que diz que as narrativas orais desafiam as memórias institucionais registradas em documentações escritas. Jamais conheceríamos a motivação para a abertura do curso segundo o Dr. Talmir se não nos valêssemos da História Oral, e essa motivação destoa da apresentada em documentos oficiais.

Outra possibilidade para a diferença é que, dado o lapso de tempo entre a criação do curso e a entrevista, as motivações apresentadas no depoimento fazem parte de reinterpretação do passado, pois o relato oral é sempre um olhar do presente sobre o tempo pretérito. Assim, nosso entrevistado pode ter relatado o que ele gostaria que tivesse acontecido a longo prazo e não a justificativa para a criação do curso naquele momento inicial. Como nos alertam Connelly & Clandinin (1995), é importante distinguir os eventos, tal como são vividos, e os eventos, tal como são contados.

Observamos que as razões explicitadas pelo Dr. Talmir não se alteraram ao longo do seu relato, pois, ao avaliar a importância do curso de Matemática, ele voltou a falar sobre as contribuições do curso para o desenvolvimento científico da região. Nesse momento, sua fala também está em sintonia com o que nos contou Mariza, pois ele afirmou que o curso foi importante para o MIT porque os professores graduados nele foram utilizados na própria instituição. No entanto, diferentemente dela, ele não aludiu a ter sido essa uma das motivações para a abertura do curso.

Conforme dissemos, o pedido de autorização do curso de licenciatura em Matemática foi feito ao CFE após o início das aulas, em 1968. A autorização de funcionamento, entretanto, foi concedida apenas em 1970 por meio do Parecer nº 510 de 1970 (Brasil, 1970b) e do Decreto Presidencial nº 67.448 de 1970.

Esse curso existiu até a primeira década dos anos 2000. A última turma entrou no ano de 2005 e seus dois últimos alunos se formaram no ano de 2012. Ao longo de sua existência, distinguimos que o curso de licenciatura em Matemática passou por três diferentes fases que abordaremos sucintamente a seguir.

Da implementação à conversão em licenciatura curta em Ciências

Ao ser criado, o curso era denominado Licenciatura em Matemática e o graduado era habilitado a lecionar nos cursos ginásial e no colegial¹⁴ e já escolhia, ao prestar o vestibular, se iria formar-se em Matemática, Física ou Química. Nessa primeira fase, logo nos primeiros anos, uma característica interessante nos foi relatada diretamente por Tatiana e, indiretamente, por Maria Cristina. Posteriormente, na Revista Documenta, encontramos documentos a respeito dela.

Segundo o relato de Tatiana, aluna da primeira turma, ao final do ano de

¹⁴ Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1961 – lei 4024 – o ensino médio era aquele que vinha após o primário e ficou dividido em ginásial e colegial. Para ingressar no ginásial era necessário ser aprovado no exame de admissão e para ingressar no colegial era necessário concluir o ginásial. Após a LDB de 1971 – Lei 5692 – o antigo primário mais o ginásial passaram a formar o 1º grau e o colegial passou a se chamar 2º grau. Com a LDB de 1996 o primeiro grau passou a se chamar Ensino Fundamental e o 2º grau Ensino Médio.

1968, havia apenas quatro alunos na turma de Licenciatura em Matemática e 11 alunos na Licenciatura em Física. O número reduzido de estudantes dificultava a continuidade desses cursos. Assim, foi proposto pelo diretor do MIT, Dr. Talmir, que os alunos do curso de Matemática migrassem para o curso de Física, o que não foi aceito por eles, a começar da própria Tatiana.

Para solucionar esse problema, duas atitudes foram tomadas. A primeira é que os alunos do curso de Química foram convencidos a repetir o primeiro ano para se juntar aos estudantes ingressantes em 1969, formando uma turma maior. A segunda diz respeito aos cursos de Matemática e Física. Para resolver as dificuldades oriundas do reduzido número de alunos em cada curso, foi elaborado um currículo que contemplasse as demandas das duas graduações ao mesmo tempo. Assim, as disciplinas obrigatórias para o curso de Matemática e não obrigatórias para o curso de Física passaram a valer como optativas para o curso de Física e, da mesma forma, as obrigatórias para o curso de Física e não obrigatórias para o de Matemática valiam para este último como optativas.

Essa fusão entre os dois cursos permaneceu válida também para as turmas seguintes.

No Parecer nº 775 de 1973 do CFE (Brasil, 1973), encontramos informações que condizem com o relatado por nossas entrevistadas quanto à fusão dos cursos de Matemática e Física. As narrativas dessas colaboradoras foram essenciais para que compreendêssemos a problemática citada nesse parecer.

A temática desse documento é a validação dos atos escolares do curso de Matemática no período de abril de 1968 a setembro de 1970, durante o qual o curso funcionou de maneira irregular, dado que o decreto de autorização para seu funcionamento data de 29 de outubro de 1970.

Para a referida validação, foi constituída pelo CFE uma comissão composta por Demerval Correia Monteiro e Maria Helena Valle Nogueira. No relatório elaborado por eles consta a informação que, em 1970, havia 10 alunos matriculados no 2º ano do curso registrado sob a rubrica “Ciências Exatas”. Uma das diligências dadas no Parecer nº 775 é exatamente solicitar à instituição que explicitasse o número correto de alunos matriculados nos cursos de Matemática e de Física, separadamente.

Como o parecer trata apenas do período de março de 1968 a setembro de 1970, não conseguimos saber como se procedeu com as turmas de ingressantes de 1970 a 1973. Na entrevista com Albertina, aluna da turma que ingressou em 1975¹⁵, essa junção dos cursos não ficou tão evidenciada, embora ela tenha relatado a existência de um ciclo básico no qual os alunos da Matemática, da Física e da Química permaneciam juntos. Os alunos das primeiras turmas só receberam seus diplomas depois de 1976, uma vez que o Decreto 77.819, de reconhecimento dos cursos, data de 16 de junho de 1976.

Não conseguimos identificar, a partir das fontes por nós constituídas e das fontes documentais às quais tivemos acesso, em que ano ingressou a última turma

¹⁵ Em seu depoimento, Albertina nos disse que entrou no curso em 1974. Entretanto, em seu histórico, consta que ela cursou o primeiro ano do curso em 1975. Assim, vamos considerar o ano constante nesse documento.

dessa que estamos chamando de primeira fase do curso. Acreditamos que a última turma tenha sido a de Albertina, pois ela se formou em 1978, no curso de Licenciatura em Matemática, como consta em seu histórico escolar, e em 1979, segundo a documentação disponível, graduou-se a primeira turma de Licenciatura Curta em Ciências.

Dessa forma, vamos considerar que fizeram parte dessa primeira fase do curso os alunos que ingressaram entre 1968 e 1975. Formaram-se, nesse primeiro momento, ao todo, 16 alunos. Quatro se graduaram em 1971, dois em 1972, cinco em 1973 e cinco em 1978¹⁶.

Da conversão em Licenciatura em Ciências à LDB-1996

Consideramos que a segunda fase do curso teve início em 1977, com a conversão das licenciaturas em Matemática, Física e Química em Licenciatura Curta em Ciências com habilitações plenas em Matemática, Física e Química. Essa conversão foi prevista pela Resolução 30, de 11 de julho (Brasil, 1974), que fixava os mínimos de conteúdo e duração a observar na organização dos cursos de licenciatura em Ciências, e pela Resolução nº 37 de 14 de fevereiro de 1975, que dispunha “sobre a implantação progressiva do curso de licenciatura em Ciências a que se refere a Resolução nº30/74” (Brasil, 1975).

Em 1977, atendendo à obrigatoriedade prevista na Resolução 37/75, a direção do MIT solicitou ao CFE a conversão dos cursos de Licenciatura em Matemática, Física e Química em Licenciatura curta em Ciências com habilitações plenas em tais disciplinas. O parecer nº 2.767 de 1977 do CFE (Brasil, 1977a) colocou o pedido em diligência, questionando a intensidade da formação ao dizer que a carga horária da licenciatura plena em Matemática não era suficiente. Solicitou que nos currículos não fossem computadas na carga horária mínima as disciplinas Estudo de Problemas Brasileiros, Inglês, Estrutura e Funcionamento do Ensino de 2º grau e Educação Física. A instituição atendeu ao pedido e no Parecer nº 3167 de 1977 (Brasil, 1977b) o CFE aprovou a conversão.

Em nossas entrevistas com Tatiana e com o Dr. Talmir, percebemos que a conversão não se deu por uma escolha da instituição ou por essa entender que o novo curso poderia trazer algum benefício em relação aos cursos já existentes, mas simplesmente para acatar a lei. Além disso, foi possível apreender, nas falas de ambos, certa preocupação em que não fosse perdida a qualidade dos cursos após a conversão. Essa preocupação pode ter relação com os debates ocorridos então no país sobre o tema, debates esses que traziam à tona a preocupação com a deficiência na formação no curso de Ciências.

Consideramos que essa que estamos chamando de segunda fase do curso durou até a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em 1996 – Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996 – quando a formação em licenciatura plena se tornou obrigatória para lecionar no ensino básico. A época de

¹⁶ Em sua entrevista, Albertina nos disse que apenas ela e mais duas alunas de sua turma se formaram em quatro anos. Nos dados fornecidos pela secretaria da instituição, consta que cinco alunos se formaram no mesmo ano que Albertina. Acreditamos que esses dois que não foram mencionados por Albertina sejam alunos de turmas anteriores que não haviam integralizado o curso em quatro anos. No ano de 1980, a situação se repete: quatro alunos se graduaram, mas apenas um deles havia feito a licenciatura curta em Ciências. Supomos que os outros três eram alunos de turmas anteriores a 1977 que não concluíram o curso em quatro anos.

promulgação da LDB também coincidiu com mudanças de ordem pedagógica no curso, pois alguns professores começaram a ter contato com a área de Educação Matemática e procuraram modificar a sua atuação.

Assim, fixamos o ano de 1996 como o último ano de ingresso dos alunos dessa segunda fase. Nela graduaram-se 370 alunos em Licenciatura curta em Ciências e 123 alunos na Licenciatura plena em Matemática. Constatamos, porém, que dentre os que se graduaram na plena, apenas 63 fizeram também a licenciatura curta na instituição, de forma que podemos concluir que ela recebia alunos egressos de outras instituições de ensino superior interessados em obter apenas o título da licenciatura plena.

Da LDB (1996) à extinção do curso

Quando a LDB foi aprovada, em 1996, o MIT, nessa época já Univale, havia ofertado o vestibular e inclusive divulgado o resultado para a entrada no ano de 1997. Dentre os aprovados havia candidatos à licenciatura em Ciências. Porém, na nova lei, não havia mais referência aos cursos de curta duração. Mais uma vez, as instituições de ensino superior tiveram que se adaptar. Assim, os alunos que ingressaram a partir de 1997 não poderiam mais escolher terminar sua formação na licenciatura curta em Ciências, devendo optar por uma disciplina para concluir a habilitação plena, pois somente assim obteriam o diploma. De acordo com os dados obtidos em Univale (2004), os alunos que ingressaram em 1997, primeiro ano após a promulgação da LDB, "... veementemente se manifestaram contrários às condições impostas pela lei." No entanto, não houve outra alternativa a não ser acatar a legislação.

Assim, embora os estudantes já não pudessem mais obter apenas o título de licenciatura em Ciências, em seus diplomas consta que o curso que fizeram era de Ciências, com habilitação em Ciências para o Ensino Fundamental e Plena em Matemática. A última turma a entrar com esse formato o fez no ano 2000, de forma que, no tempo regular, os alunos se formaram em 2004. Porém, quatro alunos concluíram a graduação com esse título após 2004, sendo três em 2006 e um em 2010, segundo relação de formandos que nos foi fornecida pela Secretaria Acadêmica da Univale. Ao todo, 110 alunos se graduaram dessa maneira depois da promulgação da LDB.

No ano 2000, houve uma readequação do Projeto Pedagógico do curso, que passou a se chamar apenas Licenciatura em Matemática. Esse novo curso teve vida curta: a primeira turma entrou em 2001 e a última em 2005. Nele formaram-se 99 alunos, sendo os dois últimos no ano de 2012.

Algumas considerações

Nessa história que criamos a partir das fontes por nós constituídas, sobre o primeiro curso de licenciatura em Matemática da cidade de Governador Valadares, constatamos que a implantação desse curso em um Instituto de Tecnologia destoava no padrão dominante no país nas décadas de 1960 e 1970, no qual a maioria das licenciaturas foram criadas em Faculdades de Filosofia.

A acolhida favorável para a abertura dos cursos de Matemática, Física e Química por parte do CFE e contrária aos cursos de Sociologia, Pedagogia e Letras, além de poder se justificar pelos argumentos apresentados pelo CFE, referindo-se à

correlação entre o ensino tecnológico e o de ciências exatas, também pode ter relações com o contexto político da época. A modernização do país foi uma das metas estabelecidas pelos governos militares no período da ditadura, que tinha interesse no desenvolvimento de áreas consideradas estratégicas para o desenvolvimento econômico e para tal modernização; a área de ciências exatas era uma delas.

Analisando as três fases pelas quais o curso pesquisado passou ao longo de sua existência, percebemos que as delimitações dessas fases são demarcadas, principalmente, pelas mudanças na legislação. Atender ao que definia a lei não foi uma questão de escolha, mas uma obrigação que, em certo momento se sobrepôs àquilo em que acreditavam os dirigentes da instituição. Tal foi o caso da conversão das licenciaturas em Matemática, Física e Química para licenciatura em Ciências, que foi claramente feita visando acatar a lei e nada mais.

Por fim, as diferentes motivações para a abertura do curso de Matemática que ficaram explícitas em nossas fontes ilustram as potencialidades da História Oral, pois sem as narrativas de nossos depoentes, não teríamos acesso a mais do que uma dessas motivações: aquela que consta nos documentos do CFE. O fato de essas narrativas nos apresentarem diferentes perspectivas sobre essa temática não representa um problema para nossa pesquisa, porque, como dissemos, não temos como objetivo criar generalizações, mas deixar explícitas as singularidades expressas pelos sujeitos em suas narrativas. Sabemos que a narrativa que estamos produzindo não corresponde à história “verdadeira” do primeiro curso de Matemática de Governador Valadares, mas a uma entre as histórias possíveis, que pode comportar dentro dela várias outras versões.

Referências

- Botia, A.B. (2002) “¿De nobis ipsis silemus?”:Epistemologia de la investigación biográfico-narrativa em educación. *Revista Eletrônica de Investigación*. v. 4, n.1.
- Brasil (1968a). Parecer nº 28 de 1968. *Documenta*. Brasília, DF: Conselho Federal de Educação nº 80.
- Brasil (1968b). Parecer nº 641 de 1968. *Documenta*. Brasília, DF: Conselho Federal de Educação, nº 93.
- Brasil (1969). Parecer nº 467 de 1969. *Documenta*. Brasília, DF: Conselho Federal de Educação, nº 103.
- Brasil (1970a). Parecer nº 264 de 1970. *Documenta*. Brasília, DF: Conselho Federal de Educação, nº 113.
- Brasil (1970b). Parecer nº 510 de 1970. *Documenta*. Brasília, DF: Conselho Federal de Educação, nº 116.
- Brasil (1971). Parecer nº 93 de 1971. *Documenta*. Brasília, DF: Conselho Federal de Educação, nº 124.
- Brasil (1973). Parecer nº 775 de 1973. *Documenta*. Brasília, DF: Conselho Federal de Educação, nº 151.

- Brasil (1974). Resolução nº 30 de 1974. *Documenta*. Brasília, DF: Conselho Federal de Educação, nº 164.
- Brasil (1975). Resolução nº 37 de 1975. *Documenta*. Brasília, DF: Conselho Federal de Educação, nº 171.
- Brasil (1977a). Parecer nº 2.767 de 1977. *Documenta*. Brasília, DF: Conselho Federal de Educação, nº 203,.
- Brasil (1977b). Parecer nº 2.3167 de 1977. *Documenta*. Brasília, DF: Conselho Federal de Educação, nº 204,.
- Campos, A. (2007). *Fundação Percival Farquhar: 1967-2007: 40 anos de ações relevantes*. Governador Valadares: edição do autor.
- Coelho, M.A.T.C. (2011) Rio Doce: a espantosa evolução de um vale. Belo Horizonte: Autêntica Editora.
- Connelly, F. M. & Clandinin, D. J. (1995). Relatos de Experiencia e Investigación Narrativa In: J. Larrosa. (org). *Dejame que te cuente: Ensayos sobre narrativa y educación*. Barcelona: Editorial Laertes.
- Felício, C. (2009). Em Valadares, sobrou apenas o comércio. *Valor Econômico*. 03 abril 2009. Retirado em 02 dez., 2017, de: <<https://www.webartigos.com/artigos/ciclos-economicos-e-a-consolidacao-do-territorio-de-governador-valadares/53410>>
- Garnica, A.V.M. (2010). Outras Inquisições: apontamentos sobre História Oral e História da Educação Matemática. *Zetetiké*. v.18 (n. 34).
- Garnica, A.V.M. (2004). História oral e educação matemática. In: M. C. Borba; J. L. Araújo; D. Fiorentini; A. V. M. Garnica & M. A. V. Bicudo. *Pesquisa qualitativa em educação matemática*. Belo Horizonte: Autêntica. (Coleção Tendências em Educação Matemática, 9).
- Gomes, M.L.M. (2014). Formação e atuação de professores de Matemática, testemunhos e mapas. In: A.V.M. Garnica (Org.) *Cartografias contemporâneas: mapeando a formação de matemática no Brasil*. Curitiba: Appris.
- Portelli, A. (2016) História Oral: uma relação dialógica. In.: A. Portelli. *História Oral como arte da escuta*. São Paulo: Letra e Voz.**
- Portelli, A. (2000) Memória e diálogo: desafios da história oral para a ideologia. In: M. M. Ferreira; T. M. Fernandes & V. Alberti. (Org.) *História oral: desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, Casa Oswaldo Cruz, Centro de Pesquisa e Documentação da Fundação Getúlio Vargas. p. 67-72. Retirado em 13 de julho, 2015, de: <<http://static.scielo.org/scielobooks/2k2mb/pdf/ferreira-9788575412879.pdf>>

Santos, W.F. (2014) *A Invenção da Cidade: Governador Valadares na trilha da modernização (1960-1970)*. 2014. 95f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia.

Sousa, L.G. & Dias, C. A. Microrregião de Governador Valadares: a busca de uma identidade territorial para uma região em crise. In: *Anais do XIV Seminário sobre a Economia Mineira*, Belo Horizonte, 2010. Retirado em 01 de dez., 2017, de: < <https://core.ac.uk/download/pdf/6237084.pdf>>

Univale. (2004). *Renovação de Reconhecimento Matemática - Licenciatura Plena Tomo II*. Governador Valadares.